

**ANTEPROJETO 002/2024**

**DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 11, INCISO IX, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE-ES, COM REDAÇÃO DADA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 113/2008. A FIM DE IGUALAR A ESTABILIDADE E LICENÇA GESTACIONAL ENTRE SERVIDORAS EFETIVAS E AS CONTRATADAS POR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO.**

O Prefeito Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica instituída a igualdade para as mulheres contratadas por meio de contrato de processo seletivo de estabilidade no emprego de 05 (cinco) meses após o parto, e 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, as mulheres contratadas por meio de contrato de processo seletivo, aplicando-se tanto nas relações trabalhistas, quanto nas relações estatutárias no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos do artigo 24, XV, da Constituição Federal.

**§ 1º** - A licença-maternidade especial de que trata esta lei será concedida com vencimentos integrais, devendo iniciar-se até o décimo dia do puerpério.

**Art. 4º.** As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 5º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alegre-ES, 01 de abril de 2024

  
**GILMAR SILVA DE MATTOS**

Vereador

RECEBEMOS AS 15.50h  
DO DIA 17/04/2024  
Assinatura do Responsável

## JUSTIFICATIVA

Ocorre que, tal qual a garantia de emprego da gestante, a licença-maternidade é um direito que tem por escopo a proteção da criança e não o interesse particular da mãe. Não é recomendável, portanto, que sob pretextos vinculados a aspectos pessoais da mulher, como a carreira, a criança seja alijada do convívio mais direto com a mãe e, por consequência, não seja, por exemplo, amamentada pelo período mínimo de seis meses.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) orienta que os bebês devem se alimentar apenas de leite materno nos seis primeiros meses de vida.

Como é que a gente pode falar em alimentação exclusiva até seis meses e a mulher volta ao trabalho com quatro meses? É incoerente".

"A mulher que amamenta tem uma criança mais saudável, com uma imunidade maior. E essa mulher vai faltar menos no serviço por conta do filho <sup>mas menor</sup> doente, por exemplo. Muitos bebês vão para creche, onde a contaminação é grande na convivência outras crianças", acrescenta.

No entanto, a falta de condições no mercado de trabalho impede que mães brasileiras ofereçam uma alimentação segura aos filhos.

Importante dizer que conscientização sobre a amamentação cresceu no Brasil, mas ainda faltam muitas medidas efetivas, como uma ampliação das licenças maternidade e paternidade.

Traduz, enfim, verdadeira inversão de prioridades dos valores estabelecidos nos **arts. 1º, 170 e 227, todos da Constituição Federal**, visto que a convivência familiar é dever da família, da sociedade e do Estado assegurados à criança. É inadmissível que a primazia ao econômico em detrimento do social, o que pode ser revisto, por meio de adequações pontuais da regra, pela conformação da prorrogação em tempo obrigatório da licença, devido a todas as trabalhadoras, indistintamente, tratando no campo tributário, de igual forma, todos os empregadores. Solicita assim que seja acolhido pelos nobres vereadores dessa Egrégia Câmara, e aprovado o presente anteprojeto.

  
**GILMAR SILVA DE MATTOS**

VEREADOR